

Quais os planos de Lula para a reforma tributária

As reformas da tributação sobre o consumo e a renda, que não chegaram a ser aprovadas pelo Congresso no governo Jair Bolsonaro (PL), estão entre as principais propostas que podem ser votadas no início do novo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2023.

Os principais textos em tramitação remetem a propostas que têm sido discutidas há pelo menos 15 anos, ou seja, desde os governos anteriores do PT, passando pela atual gestão.

A unificação dos principais tributos sobre o consumo, por exemplo, é tema de duas propostas do Legislativo e de um projeto apresentado pelo atual governo –nenhuma delas foi votada ainda. Em seus principais pontos, os textos remetem a um projeto elabo-

rado há cerca de 15 anos, ainda no segundo governo Lula.

A ideia também foi defendida na campanha eleitoral pelos candidatos derrotados à Presidência: Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) e é citada no programa de governo da chapa vencedora Lula/Alckmin, que fala em “simplificar e reduzir a tributação do consumo”.

O petista defendeu ainda na campanha mudanças no Imposto de Renda como a correção da tabela, a tributação de lucros e dividendos e a taxação dos mais ricos. Dois desses temas também fazem parte de um projeto do governo Bolsonaro que chegou a ser aprovado pela Câmara, mas parou no Senado.

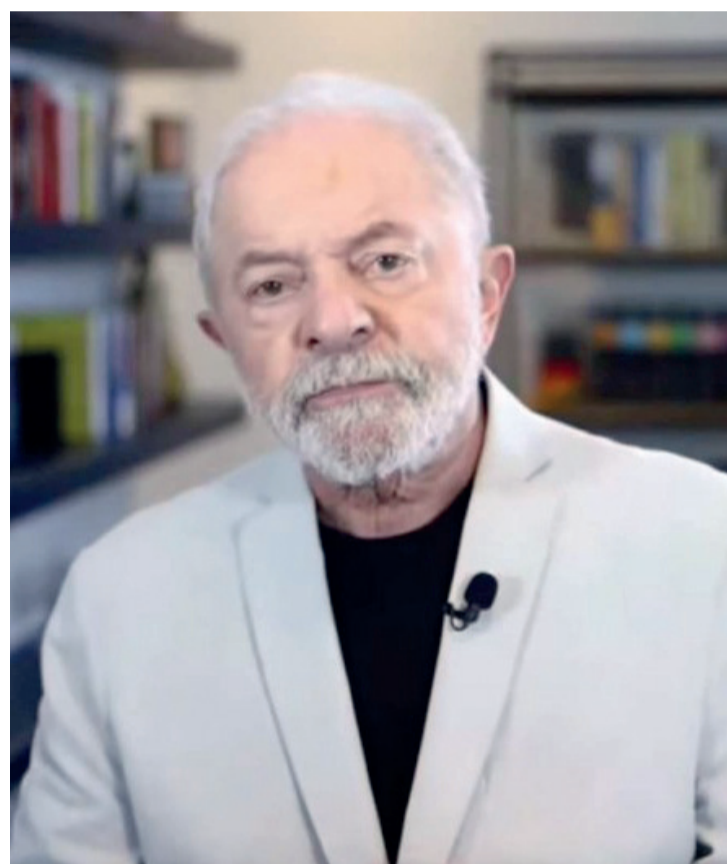
A proposta da Câmara, a PEC 45, foi apresentada em 2019 pelo deputado Baleia Rossi (MDB), e tem

como base a um projeto do economista Bernard Appy, que foi o número 2 no Ministério da Fazenda de 2003 a 2007 (nos governos Lula) e é citado como um dos economistas que podem integrar o governo Lula 3.

Ela prevê a substituição de cinco tributos (os federais PIS, Cofins e IPI, o estadual ICMS e o municipal ISS) por um imposto sobre bens e serviços (IBS), com arrecadação centralizada e gestão compartilhada, e um imposto seletivo sobre cigarros e bebidas.

A última versão do texto é o relatório do deputado Aguiinaldo Ribeiro (PP-PB), que prevê também substituir a desoneração da cesta básica pela devolução de imposto para famílias de menor renda –um modelo semelhante ao adotado no Rio Grande do Sul.

Eduardo Cucolo/Folhapress



Economia



Lucro dos bancos tem alta de 20% e chega a R\$ 138 bi no acumulado de 12 meses até junho, diz BC

Página - 03

Política

Alckmin critica bloqueio de rodovias e questiona quem pagará prejuízo

Página - 04

Bandeira do Brasil é retirada da fachada do Palácio do Planalto

Página - 04

Venda de veículos acumula alta de 3,3% no ano, aponta Fenabrave

Página - 03



Depois de faturar R\$ 1,53 bilhão, Hortifruti Natural da Terra inaugura sua 80ª unidade

Pág - 08

IMC encerra arbitragem com a Yum, dona do KFC

Página - 08



No Mundo

Coreia do Norte falhou em teste de arma intercontinental que gerou alerta no Japão



O projétil norte-coreano que fez o Japão alertar habitantes do norte do país a procurarem abrigo na manhã desta quinta (3) aparentemente era um míssil intercontinental que falhou. À noite, outro míssil atravessou o espaço aéreo japonês e caiu no mar, totalizando quatro projéteis disparados pela Coreia do Norte em apenas um dia.

A informação é do Exército da Coreia do Sul que, em resposta ao ataque, decidiu prorrogar os exercícios militares que realiza em conjunto com os Estados Unidos -os aliados consideram que os

múltiplos lançamentos vindos do norte são um indício de que o ditador Kim Jong-un se prepara para um novo teste nuclear.

Inicialmente, Tóquio havia suspeitado de que havia um míssil sobrevoando o território japonês em direção ao oceano Pacífico, levando autoridades das regiões de Miyagi, Yamagata e Niigata a emitirem um alerta para que seus moradores se refugiassem, mas logo desmentiu a informação.

Agora, o Ministério da Defesa japonês afirma que o míssil de fato passou pelo país, mas que seu radar parou de funcionar. Isso indica que

o lançamento deu errado e que a arma se desintegrou no meio do caminho, suas partes caindo no oceano. Mesmo assim, seus destroços provavelmente estariam viajando em alta velocidade e podem ter passado pelo Japão, diz um analista militar consultado pela Reuters.

O ataque incluiu ainda dois mísseis de curto alcance, mas o mais importante era o ICBM (míssil balístico intercontinental, na sigla em inglês). Armamento de mais longo alcance de Kim, ele é capaz de transportar uma ogiva nuclear para o outro lado do planeta.

Sistema de imigração de Portugal tem 200 mil na fila de regularização

Embora Portugal tenha acabado de aprovar um amplo pacote de medidas para atrair imigrantes, incluindo um novo visto para procurar trabalho no país, os serviços migratórios lusos não conseguem dar conta nem sequer dos estrangeiros que já se encontram no território do país europeu.

Segundo o Ministério da Administração Interna, há, com pedidos pendentes de regularização, cerca de 200 mil pessoas que apresentaram a chamada “manifestação de interesse” para permanecer legalmente no país. Em geral, esse contingente representa a principal via de migração para Portugal: pessoas que chegam como turistas, mas permanecem para trabalhar mesmo sem a documentação adequada.

Portugal é um dos poucos países da União Europeia

a oferecer a possibilidade de regularização por meio do trabalho. Imigrantes que apresentem um contrato de emprego ou exerçam atividades autônomas com a emissão de recibos e contribuições à Segurança Social podem iniciar o processo.

A primeira etapa é, justamente, a “manifestação de interesse”. Hoje, os pedidos têm levado mais de dois anos para serem processados pelo SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), subordinado ao Ministério da Administração Interna. Sobrecarregado, o órgão não consegue atender os imigrantes já regularizados no país, e os atrasos constantes na renovação de autorizações de residência têm sido tão grandes que o governo publicou um decreto para estender automaticamente a validade dos papéis até 31 de dezembro.

Giuliana Miranda/Folhapress



Folhapress

Decreto anti-rave de Meloni vira alvo de críticas por brecha para criminalizar protestos



O primeiro decreto-lei da primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, mal foi anunciado, na segunda (31), e já deixou juristas perplexos, além de colocar em ebulição sindicalistas, estudantes e políticos da oposição.

O ponto mais controverso é a criação de um crime com a intenção de combater festas ilegais, mas que, devido à redação vaga do texto, pode significar uma brecha para criminalizar protestos.

A justificativa do governo de ultradireita para a medida é coibir a realização de eventos do tipo rave, como o que ocorreu no fim de semana na periferia de Modena, no norte da Itália, com milhares de

peças. A festa, em um galpão abandonado, com duração prevista de três dias, foi organizada de forma clandestina e, após negociações com a polícia, foi interrompida sem confrontos.

Quase ao mesmo tempo em que o evento era desmontado, Meloni anunciava o decreto-lei que introduz no código penal italiano o Artigo 434-bis, que prevê prisão de 3 a 6 anos e multa de até 10 mil euros (R\$ 50,4 mil) para quem organizar ou promover a ocupação de terrenos ou edifícios públicos e privados por mais de 50 pessoas e ameaçar “a ordem, a segurança ou a saúde pública”.

Para quem apenas participa, a pena é menor, mas o

decreto não especifica qual é a punição.

A opção pela criação de um crime foi, segundo Meloni, para que os eventos possam ser enquadrados como ameaça à segurança pública, não só ao patrimônio.

Especialistas consideram a solução mal formulada e desproporcional. O texto, argumentam, não é específico e, assim, poderia ser usado para criminalizar outros tipos de aglomeração, como protestos, num momento em que desponta na Europa uma onda de insatisfação com o custo de vida. O decreto, já em vigor, tem de ser convertido em lei em até 60 dias pelo Parlamento, onde o governo tem maioria.

Michele Oliveira/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Lucro dos bancos tem alta de 20% e chega a R\$ 138 bi no acumulado de 12 meses até junho, diz BC



Os bancos registraram lucro líquido de R\$ 138 bilhões no acumulado de 12 meses até junho deste ano, alta de 20% em relação ao mesmo intervalo até junho de 2021, segundo dados do relatório de estabilidade financeira divulgado pelo Banco Central nesta quinta-feira (3).

O documento também mostra que o montante é 5% superior ao registrado em 2021, quando os bancos alcançaram lucro de R\$ 132 bilhões.

De acordo com a autoridade monetária, a rentabilidade do sistema bancário se manteve estável no primeiro semestre deste ano e, após

recuperação em 2021, se consolidou próxima dos níveis pré-pandemia.

Para o BC, os resultados do sistema devem continuar resilientes, embora existam incertezas relativas ao cenário econômico no médio prazo.

“A rentabilidade do sistema deve se manter resiliente, mas o cenário econômico, marcado por condições financeiras restritivas e inflação elevada, exige atenção por parte das instituições. Eventual piora da atividade econômica e deterioração da qualidade do crédito pode afetar os resultados dos bancos à frente”, disse o BC no documento.

A autarquia também informou que se reduziu o rit-

mo de crescimento das receitas de serviços, enquanto as despesas administrativas seguem sob controle, apesar das pressões inflacionárias.

No relatório, o BC destacou que o Pix continua aumentando sua relevância no sistema financeiro e no sistema de pagamentos brasileiro e que 99% das transações foram liquidadas em menos de um segundo.

De acordo com a autoridade monetária, o crescimento mensal do volume de operações via Pix foi, em média, de cerca de 5%. “A maior parte das transações continua sendo entre pessoas, havendo potencial para expansão nos demais casos de uso”, afirmou.

Nathalia Garcia/Folhapress

Venda de veículos acumula alta de 3,3% no ano, aponta Fenabrave

A venda de veículos automotores novos acumula alta de 3,3% de janeiro a outubro de 2022 ante o mesmo período do ano passado, aponta balanço da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). Na comparação mensal, houve crescimento de 14,8% em outubro em relação ao mesmo mês de 2021. Houve recuo, no entanto, de 5,51% em outubro ante setembro.

O presidente da Fenabrave, Andreta Jr, aponta que a retração pode ser explicada por um menor número de dias úteis em outubro (20). Em setembro foram 21 dias. “Boa parte dos segmentos teve números similares em relação ao mês anterior nas vendas diárias, o que indica que o movimento de recuperação se

mantém”, disse em nota.

O volume total de veículos emplacados em outubro foi 316.819. Em setembro, esse número ultrapassou 335 mil unidades. Em outubro de 2021, foram negociados cerca de 275 mil veículos. De janeiro a outubro deste ano, a soma chega a 2.957.600. No mesmo período do ano passado, foram aproximadamente 2,8 milhões de unidades.

No segmento automóveis e comerciais leves, foram emplacadas 168.474 unidades em outubro. Em setembro, foram pouco mais de 180 mil, uma queda de 6,62%. No acumulado do ano, de janeiro a outubro, esse grupo registra queda de 3,47%. Foram emplacados cerca de 1,56 milhão ante 1,61 milhão no mesmo período do ano passado.

Camila Maciel/ABR



Petroleiros ameaçam ir à Justiça contra novos dividendos da Petrobras



Associações ligadas a sindicatos de trabalhadores da Petrobras anunciaram nesta quinta-feira (3) que irão à Justiça para tentar impedir nova distribuição de dividendos bilionários pela estatal às vésperas da mudança de governo.

O conselho de administração da estatal se reúne nesta quinta para aprovar o balanço do terceiro trimestre de 2022 e nova parcela de remuneração aos acionistas, que pelo resultado fechado do ano, só será divulgado no primeiro trimestre de 2023.

No primeiro semestre, a Petrobras distribuiu o valor recorde de R\$ 136 bilhões em dividendos a seus acionistas. Segundo a FUP (Federação Única dos Petroleiros), a direção da companhia deve

propor o pagamento de mais R\$ 50 bilhões ainda este ano.

Com os resultados inflados pela disparada do preço do petróleo, a Petrobras foi a maior pagadora de dividendos entre as companhias negociadas em bolsa no mundo durante o primeiro semestre, segundo relatório da gestora Janus Henderson.

A estratégia de elevar a remuneração aos acionistas ganhou força ainda no começo do governo Jair Bolsonaro (PL), com um plano de negócios que intensificou a venda de ativos e focou gastos apenas no pré-sal em redução da dívida.

A FUP e a Anapetro, associação que representa petroleiros acionistas da estatal, defendem que a decisão pelos dividendos deveria ficar com

a próxima gestão da companhia, que assumirá após a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

O presidente da Anapetro, Mario Dal Zot, diz em nota que a mudança na gestão deve alterar o planejamento estratégico da companhia. O programa de governo de Lula fala em fortalecer a Petrobras e levá-la de volta a segmentos dos quais saiu nos últimos anos.

“Qualquer decisão sobre dividendos deveria caber à futura administração da empresa, e já considerando as diretrizes de um novo controlador”, diz o escritório Advocacia Garcez, que representa os petroleiros e estão elaborando as ações sobre o tema.

Nicola Pamplona/Folhapress

Política

Alckmin critica bloqueio de rodovias e questiona quem pagará prejuízo



O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) classificou nesta quinta-feira (3) como “grave” as manifestações pelo país que obstruíram rodovias. Ele afirmou que o fechamento das estradas pode “comprometer a saúde das pessoas, abastecimento de hospitais, alimentação” e outros serviços.

“A pergunta é: quem vai pagar esses prejuízos? Quem paga isso? Quem vai ser responsabilizado por esse prejuízo?”, disse.

A afirmação foi dada no Palácio do Planalto após reunião com o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Eduardo Ramos.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) não participou do encontro. A presidente do PT,

Gleisi Hoffmann, e o ex-ministro petista Aloízio Mercadante, que deve ocupar algum cargo de destaque no próximo governo, também participaram da reunião no Palácio do Planalto.

Bolsonaro ficou no Planalto por volta de meia hora, e voltou para o Palácio da Alvorada em seguida.

Eleito como companheiro de chapa do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Alckmin também afirmou que são “totalmente despropositados” os protestos de cunho golpista que se negam a aceitar o resultado da eleição.

“O presidente Lula deixou claro no seu discurso pós-eleição: nossa tarefa é unir o Brasil, trabalhar, ter uma agenda de propostas, melhorar a vida da população e bola para frente. A transição come-

çou e agora é fazê-la da melhor maneira possível”, disse.

Ele criticou o fato de o fechamento de rodovias limitar a locomoção da população. “Uma coisa é manifestação, outra coisa é limitar direito de ir e vir das pessoas”, afirmou.

Os bloqueios de rodovias começaram logo após ser declarada a derrota de Bolsonaro nas eleições. Nesta quinta, caiu para cinco o número de estados com obstrução de rodovias no Brasil. No primeiro boletim da PRF desta quinta, eram 11 os estados com mobilizações golpistas que contestam o resultado do pleito presidencial. De acordo com as redes sociais das PRFs de cada estado, porém, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Acre e Amazonas não têm mais bloqueios. Matheus Teixeira/Folhapress

Bandeira do Brasil é retirada da fachada do Palácio do Planalto



A bandeira do Brasil que havia sido estendida há algumas semanas na fachada do Palácio do Planalto, em Brasília, foi retirada nesta quinta-feira (3) por funcionários a pedido do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Ela foi retirada do local e levada por servidores até o porta-malas de um carro.

Bolsonaro mandou, em 14 de outubro, instalar o símbolo nacional no local.

“O PT entrou na Justiça para tirar uma bandeira de uma igreja em Belém. A juíza, desta vez, agiu de maneira correta e disse que é o símbolo nacional. Mandei pegar uma bandeira enorme e colocar na minha casa”, disse na ocasião.

“Acho que ninguém vai ter coragem de falar ‘retira

Ex-juiz, Flávio Dino diz que Lula não terá problema para escolher ministros do STF

O senador eleito pelo Maranhão e ex-governador do estado, Flávio Dino (PSB), avaliou que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não terá problemas com indicações para o STF. Para o ex-juiz, o petista “tem know-how” para a decisão e a questão não deve ser vista como “um ponto de atrito ou preocupação”.

O próximo governo terá direito a duas indicações ao STF, por conta da aposentadoria dos ministros Ricardo Lewandowski e Rosa Weber, em 2023. Após apontar os nomes, a escolha do presidente deve ser aceita pelo Senado - sistema elogiado por Dino e classificado como “salutar, saudável e correto”.

“Pelos primeiros passos que estamos vendo, inclusive sob a liderança do vice-presidente Alckmin, nós teremos, sim, maioria em ambas as Casas [Câmara e Senado]. Ago-

ra, veja, uma maioria plural. Significa dizer que as escolhas do presidente Lula deverão ser, obviamente, criteriosas, a fim de que essa maioria confirme esses nomes”, disse.

Foi assim ao longo do mandato que ele exerceu, com a escolha de juristas respeitadíssimos. Acho que o Lula tem know-how nessa questão de escolha de ministros do Supremo. Fez ótimas escolhas, e acredito que não há nenhuma razão para o Senado eventualmente rejeitar nomes credenciados pelo seu currículo e suas trajetórias profissionais. Flávio Dino, senador eleito pelo Maranhão

O STF é a instância máxima do Poder Judiciário. Sua principal atribuição é julgar se as leis e atos dos governantes estão de acordo com as regras e princípios previstos na Constituição Federal. Saiba quais ministros foram indicados por Lula no STF.

Folhapress



daí, se não vou dar uma multa de não sei quanto por dia’. É a nossa bandeira do Brasil. A questão da censura é devagar. Certas coisas não se perdem de uma hora para a outra, você perde com o tempo.”

A instalação foi realizada pela Secretaria-Geral da Presidência, subordinada ao ministro Luiz Eduardo Ramos.

Uma bandeira semelhante foi posicionada no Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente.

Ao Iphan o governo federal disse que duas bandeiras gigantes do Brasil foram colocadas nas fachadas do Planalto e do Alvorada em comemoração ao Bicentenário da Independência e à Proclamação da República.

Em 21 de outubro, a força do vento rasgou e derrubou

uma bandeira gigante que havia sido colocada na fachada do Planalto “Devido à ação do vento, a Bandeira Nacional foi rasgada e será substituída por outra”, informou a Secretaria-Geral da Presidência, por meio de nota, na ocasião.

A retirada da bandeira ocorre no dia da primeira reunião da equipe do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com integrantes do governo, no Planalto, para discutir a transição.

O presidente Jair Bolsonaro cumprimentou Geraldo Alckmin após o vice-presidente eleito ter uma reunião com os ministros da Casa Civil, Ciro Nogueira, e da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Eduardo Ramos.

Folhapress



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado



Mercado Eletrônico S.A.

CNPJ/MF nº 00.117.351/0001-87

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Individual		Consolidado		Capital social	Reserva legal	Reservas de capital/Estatutária	Reservas	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucros/Prejuízos acumulados	Total
	2021	2020	2021	2020							
Ativo Circulante	17.947.259	28.188.536	35.931.615	42.271.069							
Caixa e equivalentes de caixa	1.489.453	3.914.716	5.794.653	7.463.261							
Aplicação financeira	7.448.245	13.868.366	14.255.544	20.651.463							
Contas a receber de clientes	7.706.695	10.106.374	12.817.859	12.307.527							
Adiantamentos	196.340	145.742	765.022	665.778							
Imp. e contribuições a recuperar	118.164	1.396	2.221.631	1.097.144							
Mútuos a receber de partes relat.	947.805	103.922	-	-							
Despesas pagas antecipadamente	40.557	48.020	76.906	85.896							
Não circulante	34.047.802	25.564.015	24.456.657	20.042.050							
Realizável a longo prazo	252.421	479.502	327.431	492.352							
Outros ativos	247.421	320.605	322.431	333.455							
Depósito judicial - trabalhista	5.000	158.897	5.000	158.897							
Investimentos	11.593.071	8.588.295	-	-							
Imobilizado	6.456.558	8.049.663	6.605.593	8.227.108							
Intangível	15.998.173	8.926.057	17.851.064	11.814.942							
Total do ativo	52.247.482	54.232.053	60.715.703	62.805.471							
Passivo Circulante	13.492.173	20.733.108	20.721.575	26.160.748							
Financiamentos obtidos	-	-	974.126	368.218							
Fornecedores	1.952.685	2.519.743	2.436.765	2.916.217							
Comissões a pagar	2.107.375	3.380.858	2.107.375	3.380.858							
Obrigações sociais	529.345	408.961	644.372	425.667							
Obrigações fiscais	1.428.070	3.421.191	2.596.635	3.927.193							
Arrendamento a pagar	775.342	813.029	775.342	813.029							
Provisões	3.252.353	6.616.930	3.252.353	6.623.471							
Dividendos a pagar	950.742	631.154	950.742	631.154							
Receitas diferidas	2.409.085	1.834.473	3.147.362	3.390.119							
Outros passivos	87.176	1.106.769	3.836.503	3.684.529							
Não circulante	3.183.212	5.135.521	4.422.031	8.281.299							
Arrendamento a pagar	3.095.673	4.342.087	3.095.673	4.342.087							
Provisão para contingências	87.539	61.755	120.061	81.736							
Provisão para fundo de resgate	-	729.766	-	729.766							
Financiamentos obtidos	-	-	1.206.297	1.195.425							
Outros passivos	-	1.913	-	1.932.285							
Patrimônio líquido	35.572.097	28.363.424	35.572.097	28.363.424							
Capital social	25.232.336	25.232.336	25.232.336	25.232.336							
Reserva legal	850.714	514.306	850.714	514.306							
Reservas de capital	2.075.398	-	2.075.398	-							
Outros resultados abrangentes	2.243.215	2.172.882	2.243.215	2.172.882							
Reserva de lucros	5.170.434	443.900	5.170.434	443.900							
Total do passivo e do patrim. líquido	52.247.482	54.232.053	60.715.703	62.805.471							

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
	Individual		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita líquida de serviços	62.041.794	60.022.244	83.415.535	75.900.967
Custo dos serv. prestados	(33.499.751)	(27.265.491)	(39.461.806)	(33.971.366)
Lucro bruto	28.542.043	32.756.753	43.953.729	41.929.601
Receitas (despesas) operac. Comerciais	(24.664.822)	(29.560.607)	(36.436.110)	(38.446.468)
Gerais e administrativas	(13.279.648)	(10.537.100)	(14.898.077)	(11.175.967)
Despesas tributárias	(373.772)	(437.281)	(551.861)	(593.144)
Outras receitas operacionais	1.638.038	-	1.645.934	-
Lucro operacional	3.877.221	3.196.146	7.517.619	3.483.133
Resultado de participações em controladas	2.907.083	178.444	-	-
Resultado Financeiro, liq.	(56.141)	768.986	130.707	917.211
Receitas Financeiras	660.477	1.447.607	1.276.078	1.689.522

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES				
	Individual		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	6.728.163	2.425.481	6.728.163	2.425.481
Ajustes acumulados de conversão	70.333	621.329	70.333	621.329
Total do resultado abrangente do período atribuível aos acionistas da Cia.	6.798.496	3.046.810	6.798.496	3.046.810

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
	Individual		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	6.728.163	2.425.481	6.728.163	2.425.481
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(1.845.996)	2.014.498	(1.845.996)	2.014.498
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(2.425.481)	(621.329)	(2.425.481)	(621.329)
Total do fluxo de caixa	2.456.686	3.818.650	2.456.686	3.818.650

Bolsa e dólar ficam estáveis com expectativa de normalidade no Brasil



Expectativas positivas diante de certa normalidade de quanto à transição de governo no Brasil colaboraram nesta quinta-feira (3) para a estabilização do mercado, que chegou a abrir o dia no negativo, refletindo o cenário no exterior.

O dólar comercial à vista fechou com ligeira alta de 0,23%, cotado a R\$ 5,1240, apesar da forte valorização da moeda americana no mundo após novo aumento da taxa de juros americana nesta quarta (2), quando foi feriado no Brasil.

O Ibovespa, índice parâmetro da Bolsa de Valores brasileira, sofreu uma pequena queda de 0,03%, recuando aos 116.896 pontos.

Investidores também negociaram atentos à situação das rodovias brasileiras depois que o presidente Jair Bolsonaro (PL) pediu na véspera que os protestos golpistas de seus apoiadores não bloqueiem a circulação nas estradas.

Além disso, o mercado acompanhou os primeiros passos da equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que acertou nesta quinta a apresentação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para autorizar despesas acima do teto de gastos, incluindo a continuidade do benefício mínimo de R\$ 600 do Auxílio Brasil.

No mercado americano de ações, os principais indicadores aprofundaram as quedas

da véspera. O S&P 500, parâmetro da Bolsa de Nova York, fechou em baixa de 1,06%.

Na quarta-feira (2), o Fed elevou a sua taxa de juros pela sexta vez em 2022, sendo que este é o quarto aumento seguido de 0,75 ponto percentual. Agora, a taxa de juros dos Estados Unidos avança para um patamar entre 3,75% e 4% ao ano.

Jerome Powell, presidente do Fed, disse em entrevista à imprensa que “será apropriado reduzir o ritmo do aumento [dos juros]” em breve, mas destacou que o mercado de trabalho aquecido e, principalmente, a persistente alta da inflação obriga a autoridade a “manter a política restritiva [juros elevados] por algum tempo”, comentou.

Clayton Castelani/Folhapress

Data Mercantil
Faça um orçamento: comercial@datamercantil.com.br

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4591	Peso (Chile) - 0,005417
Dólar (EUA) - 5,1349	Peso (México) - 0,2611
Franco (Suíça) - 5,0690	Peso (Uruguaí) - 0,1267
Iene (Japão) - 0,03466	Yuan (China) - 0,7034
Libra (Inglaterra) - 5,7434	Rublo (Rússia) - 0,0839
Peso (Argentina) - 0,03251	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,0122

Publicidade Legal

Motz Transportes Ltda. (anteriormente denominada Mov C Transportes Ltda.)

BALANÇO PATRIMONIAL		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
Ativo	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020	2021	2020		
Demonstração dos Fluxos de Caixa										
Circulante		69.429.543,52	23.059.115,40							
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.569.651,71	9.638.737,22	Receita líquida de contratos com clientes	12	603.330.565,74	105.538.662,11	Lucro antes dos trib. sobre o lucro	45.465.063,31	8.140.278,62
Aplicações financeiras	6	26.158.211,29	2.620.476,27	(-) Custos dos serv. prestados	13	(550.678.414,99)	(96.101.793,04)	Ajustes:		
Contas a receber de clientes	7	37.914.254,14	10.777.864,41	Lucro bruto		52.652.150,75	9.436.869,07	Depreciação	1.202,24	134,46
Impostos a recuperar		5.191,69	(42,22)	Despesas operacionais				Ajustes de exercícios anteriores	2.689,55	-
Adiantamentos		435.505,79	22.079,72	Gerais e administrativas	13	(7.189.526,10)	(1.302.659,02)	Lucro líquido do exercício ajustado	45.468.955,10	8.140.413,08
Outros créditos		346.728,90	-	Lucro operacional antes do resultado financeiro		45.462.624,65	8.134.210,05	Aumento/(redução) de contas a receber de clientes	(27.972.656,98)	(10.777.864,41)
Não circulante		194.129,44	2.554,39	Despesas financeiras		(127.403,34)	(51.701,49)	Aumento/(redução) de imp. a recuperar	(5.233,91)	42,22
Imobilizado	9	29.352,15	2.554,39	Receitas financeiras		129.842,00	57.770,06	Aumento/(redução) em adiant.	(413.426,07)	(22.079,72)
Intangível	10	164.777,29	-	Lucro antes IRPJ e CSLL		45.465.063,31	8.140.278,62	Aumento/(redução) de outras créditos	(346.728,90)	-
Total do Ativo		69.429.543,52	23.061.669,79	IRPJ e CSLL - corrente		(15.433.607,65)	(2.758.882,30)	(Aumento) ou diminuição dos ativos operacionais	(28.738.045,86)	(10.799.901,91)
Passivo e patrimônio líquido				Lucro líquido do exercício		30.031.455,66	5.381.396,32	Aumento/(redução) de fornecedores e outras contas a pagar	2.296.313,06	1.392.286,87
Circulante		19.476.208,68	7.028.990,85	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES						
Fornec. e outras contas a pagar		3.688.599,93	1.392.286,87					Aumento/(redução) de salários e encargos sociais	667.326,96	553.708,94
Salários e encargos sociais		1.221.035,90	553.708,94	Lucro líquido do exercício		30.031.455,66	5.381.396,32	Aumento/(redução) de trib. a recolher	7.352.253,08	1.903.704,21
IRPJ e CSLL a recolher		4.246.871,69	2.129.516,69	Outros resultados abrangentes				Aumento/(redução) de adiantamentos de clientes	-	836.267,25
Tributos a recolher		9.255.957,29	1.903.704,21	Total do result. abrangente do período		30.031.455,66	5.381.396,32	Aum./(redução) de outros passivos	4.930.877,11	3.464.789,51
Adiantamentos de clientes			836.267,25	DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Outros passivos		1.063.743,87	213.506,89					Aum. ou (diminuição) do passivo	15.246.770,21	8.150.756,78
Não circulante		7.331.922,75	3.251.282,62	Capital social				Caixa proveniente das operações	31.977.679,45	5.491.267,95
Obrigações contratuais		7.324.872,21	3.251.282,62	Lucros acumulados				IRPJ e CSLL pagos	(13.316.252,65)	(629.365,61)
Outros passivos		7.050,54	-	Saldo em 1º/01/20				Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	18.661.426,80	4.861.902,34
Patrimônio líquido	11	42.815.541,53	12.781.396,32	Integral de capital		7.400.000,00	7.400.000,00	Das atividades de investimento		
Capital social		7.400.000,00	7.400.000,00	Lucro líquido do exercício		5.381.396,32	5.381.396,32	Aplic. financ., liq. dos resgates	(23.537.735,02)	(2.620.476,27)
Lucros acumulados		35.415.541,53	5.381.396,32	Em 31/12/20		7.400.000,00	5.381.396,32	Aquisição de imobilizado	(28.000,00)	(2.688,85)
Total do passivo e patrimônio líq.		69.429.543,52	23.061.669,79	Ajuste de exercícios anteriores		2.689,55	2.689,55	Aquisição de intangível	(164.777,29)	-
NOTAS EXPLICATIVAS										
1. Contexto operacional: Motz Transportes Ltda. (anteriormente denominada Mov C Transportes Ltda.) ("Motz" ou "Empresa"), cadastrada no CNPJ sob o número 35.825.580/0001-30, constituída em 11/11/2019, tributada pelo Regime de Apuração Lucro Real com apuração trimestral, com ramo de atividade relacionado à Transportes Rodoviários de Cargas, com sede na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 33 11º Andar, Itaim Bibi, CEP 04530-904, São Paulo - SP. A Empresa é controlada diretamente pela Votorantim Cimentos S.A., com sede na cidade de São Paulo, Brasil, e a controladora final é a Votorantim S.A. ("VSA"), uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade e Estado de São Paulo, Brasil, que é uma holding de investimento permanente capitalizada e com negócios de longo prazo, e de controle familiar. 2. Aproveitação das demonstrações financeiras: A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Empresa em 25/02/2022. 3. Base de apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31/12/2021, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, que no caso de certos ativos e passivos financeiros, foram mensurados ao valor justo. As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Empresa. O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do fluxo de caixa. Os administradores da Empresa optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada à legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a Administração da Empresa, declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da Empresa, respondendo esta, pela veracidade, integridade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto às documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda estas demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da Empresa a este profissional. 4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional e de apresentação da Empresa é o Real ("R\$"). 5. Instrumentos financeiros: (a). Classificação, reconhecimento e mensuração: A Empresa classifica seus instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócios que representa o objetivo para o qual os mesmos foram adquiridos e determina a classificação destes no seu reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros da Empresa são compostos por caixa e equivalentes										

Juros: Taxas sobem alinhadas aos Treasuries e por receio com área fiscal



Os juros futuros estiveram em alta durante toda a sessão, espelhando a cautela do ambiente internacional e preocupações com a área fiscal em 2023, que já pautaram a reunião inicial da equipe de transição do novo governo com o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira. As declarações hawkish do presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, ontem após a reunião de política monetária, exigiram hoje um ajuste dos ativos locais, com a curva na B3 acompanhando a trajetória ascendente do retorno dos Treasuries. Adicionalmente, o leilão de prefixados do Tesouro ajudou a colocar pressão nas taxas, com risco mais de 100% maior para o mercado do que o da semana passada. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 fechou em 12,975%, de 12,918% no ajuste de terça-feira, e a do DI para janeiro de 2025, em 11,77%, de 11,69%. A do DI para janeiro de 2027 passou de 11,47% para 11,52%.

Sem negócios ontem por causa do Dia de Finados, restou ao mercado brasileiro hoje se alinhar aos movimentos pós-Fed e a curva acompanhou a reação dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos à sinalização do banco central americano. “Embora a nova alta de 75 pontos-base na taxa de juros não tenha surpreendido, declarações do presidente Jerome Powell indicaram que os juros devem subir mais do que a instituição previa, em meio a um quadro inflacionário ainda desafiador e um mercado de trabalho que segue muito aquecido”, avalia o economista Silvio Campos Neto, da Tendências Consultoria. IstoéDinheiro

Petróleo fecha em queda, com dólar forte e preocupação com a demanda da China



Os contratos futuros de petróleo fecharam em queda nesta quinta-feira, 3, pressionados pelo fortalecimento do dólar e com renovadas preocupações com a demanda chinesa, em meio ao avanço da covid-19 e à desaceleração econômica do país. O petróleo WTI para dezembro fechou em queda de 2,03% (US\$ 1,83), a US\$ 88,17 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), enquanto o Brent para janeiro de 2023 caiu 1,55% (US\$ 1,49), a US\$ 94,67 o

barril, na Intercontinental Exchange (ICE). As principais autoridades sanitárias da China reforçaram compromisso com as rígidas medidas de controle do coronavírus. A informação invalidou especulações de que o país poderia abandonar a estratégia conhecida como “zero covid”. Neste cenário, o país asiático informou ontem que o seu índice de gerentes de compras (PMI) caiu no menor nível desde maio. “Os dados refletem as rígidas medidas de contenção do coro-

navírus adotadas pela China”, diz o economista sênior da Caixin, Wang Zhe. “Ainda há tremenda pressão descendente sobre a economia e a base para recuperação econômica ainda não é sólida”, completa. Para o economista Edward Moya da Oanda os preços do petróleo “estão lutando enquanto a China mantém sua política de zero covid e o aperto dos bancos centrais está esmagando a atividade econômica. “Parece que esses drivers de baixa não vão diminuir tão cedo”, prevê, em relatório enviado a clientes.

Negócios

Depois de faturar R\$ 1,53 bilhão, Hortifruti Natural da Terra inaugura sua 80ª unidade



A Hortifruti Natural da Terra anunciou nesta sexta-feira, 28, a abertura de sua primeira unidade em Búzios, no Rio de Janeiro. Com mais de 1,2 mil metros quadrados, a nova unidade teve um investimento de R\$ 6,8 milhões. Com essa inauguração, a rede totaliza 80 lojas próprias no Brasil.

“Fico muito feliz em ver a marca se instalando em Búzios e gerando uma centena de empregos diretos para a região, além de trazer para o público local e visitantes produtos frescos de qualidade com a facilidade do delivery, através de variados canais”, diz Fábio Amorim, CEO da Rede Hortifruti Natural da Terra.

Em 2021, a receita líquida foi de R\$ 1,53 bilhão. Em agosto do ano passado, a rede foi comprada pela Americanas S.A. por R\$ 2,1 bilhões.

A rede tem atualmente mais de 500 fornecedores, 8 mil colaboradores e recebe cerca de 1 milhão de clientes mensalmente.

A loja oferece produtos variados, como frutas, legumes e verduras e também tem açougue, com cortes nobres, com opções de cortes de carne congelados bovinos, suínos, ovinos, peixes e frango. Outro ponto forte é a padaria, com pães variados assados no próprio local, além dos produtos marca própria da rede.

O espaço também conta com a Estação Natural que

oferece saladas, sanduíches, cafés e sushis, além da seção “Cortadinhos”, com produtos já cortados e embalados, como legumes, frutas e verduras para receitas, ou simplesmente para facilitar o consumo no dia a dia.

Junto com a nova loja, o e-commerce da rede Hortifruti Natural da Terra passa a atender a região. Os clientes poderão fazer compras na loja física, pelo site da rede, pelo WhatsApp ou pelos marketplaces iFood e Rappi. Os pedidos realizados até às 17h podem ser entregues no mesmo dia.

Atualmente, as vendas por canais digitais representam 16% do faturamento da empresa.

Shein abre loja física em shopping de São Paulo por cinco dias

A loja varejista chinesa Shein abrirá sua primeira loja física no Brasil em formato “pop-up”, ou seja, temporário, entre os dias 12 e 16 de novembro. O espaço será no Shopping Vila Olímpia, em São Paulo.

Serão cerca de 11 mil peças femininas e masculinas, além de acessórios, disponíveis para compra por cartão de crédito e débito.

Além da venda física, a loja pop-up oferecerá um desconto de 15% para compras de produtos na loja e no aplicativo. “Quem postar uma imagem com a hashtag #SHEINSP marcando o perfil oficial @sheinbrasil, retira na hora um brinde especial da loja”, complementa um informe da Shein no Brasil.

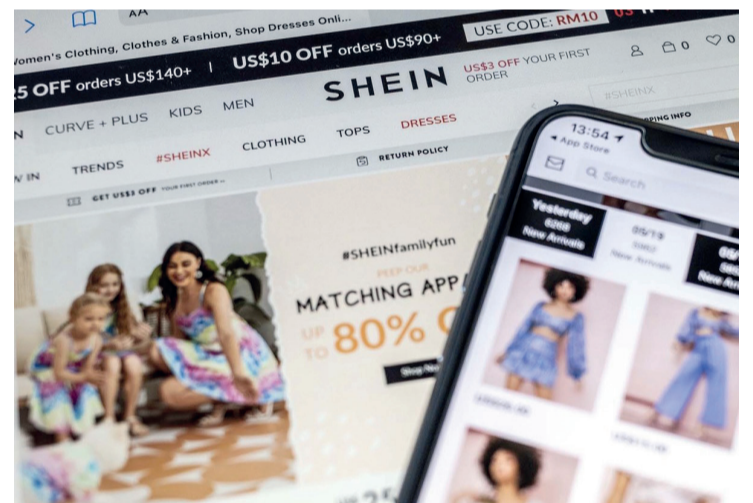
A loja terá 265 m² e contará com “diferentes ambientes instagramáveis”, segundo

a marca, que constrói uma base de clientes olhando para as últimas tendências de moda das redes sociais.

“O modelo de loja pop-up é um grande aliado para a Shein, pois ao mesmo tempo que proporciona uma experiência única para os consumidores ao sentirem e experimentarem as peças, também aproxima a marca dos brand lovers e impulsiona novos clientes”, declarou Felipe Feistler, General Manager da Shein no Brasil, na nota enviada à imprensa.

Localizada no piso térreo do Shopping Vila Olímpia (localizado na R. Olimpíadas, 360) a loja pop-up funcionará por cinco dias: no sábado (12), das 10h às 21h30; no domingo (13), das 14h às 20h; de segunda a quarta-feira (14 a 16), novamente das 10h às 21h30.

Folhapress



IMC encerra arbitragem com a Yum, dona do KFC



A IMC — a dona dos restaurantes Frango Assado e Viena — chegou a um acordo com a Yum! Brands, a dona do KFC e Pizza Hut, colocando fim a uma arbitragem que se desenrolava há quase dois anos.

A arbitragem começou no início de 2021, quando a Yum entrou com uma ação cautelar contra a IMC pedindo o fim do contrato de master-franquia do KFC no Brasil.

O contrato original entre as duas empresas previa uma obrigação de crescimento mínimo da marca KFC que a IMC não conseguiu entregar, em grande parte por conta da pandemia.

Pelos termos do novo acordo, a IMC se manterá

como master-franqueada do KFC para as regiões Sul e Sudeste do Brasil. O contrato, que ia vencer em 2027, foi renovado até 2032.

A Yum ainda não decidiu o que fará com as outras regiões do Brasil, mas, para a IMC, o impacto será pequeno.

Das 132 lojas que o KFC tem no Brasil, apenas 14 estão fora do Sul e Sudeste.

“É um acordo muito importante para a agenda de crescimento da IMC”, o CEO Alexandre Santoro disse ao Brazil Journal. “Dada a situação, foi o melhor acordo possível para os dois lados.”

A notícia deve tirar um peso da ação da IMC, já que o KFC representa hoje 20% da receita do grupo e é uma das marcas do portfólio com

o maior potencial de crescimento.

Segundo o CEO, o novo acordo pressupõe a abertura de mais 400 lojas do KFC, no Sul e Sudeste, ao longo dos próximos dez anos — uma média de 40 lojas por ano.

A IMC vai abrir tanto lojas próprias quanto franquias e um dos focos será as lojas de rua, com drive thru. Hoje, a companhia tem 62 lojas próprias do KFC, mais ou menos metade do total, e boa parte dos restaurantes está dentro de malls.

O faturamento de todo o sistema KFC (contando lojas próprias e franquias) gira em torno de R\$ 650 milhões — com mais ou menos metade disso indo para a IMC.

Brazil Journal